

HELENA TELINO NEVES

O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL COMO DIREITO HUMANO

ÍNDICE

Prefácio.....	7
<i>Resumo</i>	11
<i>Abstract</i>	13
<i>Résumé</i>	15
<i>Zusammenfassung</i>	17
Lista de siglas e abreviaturas	19
 INTRODUÇÃO	 23
 CAPÍTULO I	
ÁGUA COMO SUBSTÂNCIA.....	33
 1.1. Ciclo Hidrológico	 35
1.2. Classificações da água.....	36
1.2.1. Classificações conforme a salinidade.....	36
1.2.2. Classificações conforme a localização.....	41
1.2.3. Classificações conforme os usos.....	55
1.2.3.1. Uso da água na agricultura	56
1.2.3.2. Uso da água na indústria	59
1.2.3.3. Uso da água para produção de energia	60
1.2.3.4. Uso da água na mineração	61
1.2.3.5. Uso da água para consumo humano	65
1.3. A distribuição geográfica desigual da água no mundo	65
1.4. Síntese do Capítulo.....	74

•

CAPÍTULO II

A CONFIGURAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ÁGUA
NO PLANO INTERNACIONAL: DELIMITAÇÃO, CONTEÚDO,
ELEMENTOS E FONTE

77

2.1. O acesso à água potável como direito..... 77

2.1.1. Conceito jurídico de água potável..... 84

2.1.2. Comentário Geral n.º 15 do Comitê DESC: conteúdo, elementos,
obrigações e violações do direito à água 89

2.1.2.1. O conteúdo normativo e os elementos do direito à água 90

2.1.2.2. Obrigações de caráter geral e obrigações específicas do direito
à água 93

2.1.2.2.1. Obrigação de respeitar..... 94

2.1.2.2.2. Obrigação de proteger..... 94

2.1.2.2.3. Obrigação de cumprir..... 95

2.1.2.2.4. Obrigações Internacionais 96

2.1.2.3. Violações ao direito de acesso à água potável..... 99

2.1.2.4. Comentário Geral n.º 15 e a responsabilidade intergeracional ... 101

2.1.2.5. A natureza jurídica do Comentário Geral n.º 15 114

2.1.3. Resolução n.º A/RES/64/292 e Resolução n.º A/HRC/RES/15/9... 118

2.2. Água e saneamento: um ou dois direitos?..... 121

2.3. A água como direito: direito autônomo ou direito derivado? — e as suas
relações com outros direitos..... 130

2.3.1. O direito à água e a dignidade da pessoa humana..... 134

2.3.2. O direito à água e o direito à vida 152

2.3.3. O direito à água e o direito à saúde 156

2.3.4. Direito à água e o direito a um nível de vida adequado 160

2.3.5. O direito à água e o direito ao ambiente..... 168

2.4. O núcleo essencial do direito à água 174

2.5. O Direito à água como direito social 189

2.6. Diferentes níveis de proteção: o direito humano à água e o direito
fundamental à água 195

2.7. O direito à água e o direito consuetudinário internacional 202

2.7.1. Os fundamentos do costume internacional..... 204

2.7.2. Delimitação conceitual e os elementos do costume..... 206

2.7.3. O elemento material do costume — a prática 211

2.7.4. O elemento subjetivo do costume — a *opinio iuris*..... 2152.7.5. O direito humano de acesso à água potável legitimado pelo cos-
tume internacional..... 219

•

2.8. Síntese do Capítulo.....	228
-------------------------------	-----

CAPÍTULO III

MARCOS INTERNACIONAIS RELEVANTES, OS ORDENAMENTOS JURÍDICOS INTERNOS E AS JURISDIÇÕES NACIONAIS COMO COPARTÍCIPIES NO RECONHECIMENTO DO DIREITO À ÁGUA.....	231
---	-----

3.1. Marcos Internacionais de Direitos Humanos	232
--	-----

3.1.1. O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e o direito à água.	233
--	-----

3.1.2. A atuação do Comitê de Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	235
---	-----

3.1.3. A atuação do Comitê DESC e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais — PIDESC.....	238
---	-----

3.1.4. Discriminação e acesso à água: a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.....	242
---	-----

3.1.5. A atuação do Comitê contra a Tortura e a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes ...	246
---	-----

3.1.6. A Convenção sobre os Direitos da Criança	249
---	-----

3.1.7. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	252
--	-----

3.2. Marcos do Direito Internacional Humanitário.....	253
---	-----

3.3. Marcos do Direito Internacional do Ambiente	255
--	-----

3.3.1. A Declaração de Estocolmo e o despertar para a tutela ambiental das águas	256
--	-----

3.3.2. A definição de metas para assegurar o acesso à água: o Plano de Ação de Mar del Plata	257
--	-----

3.3.3. A influência da Declaração de Dublin sobre a Água e o Desenvolvimento Sustentável na gênese do direito à água	258
--	-----

3.3.4. A Declaração do Rio de Janeiro sobre meio ambiente e desenvolvimento e a Agenda 21	261
---	-----

3.3.5. Os princípios da Convenção sobre o Direito Relativo à Utilização dos Cursos de Água Internacionais para Fins Diversos dos de Navegação e as Regras de Berlim, de 2004.....	262
---	-----

3.3.6. Declaração Final da Conferência sobre desenvolvimento sustentável: “O futuro que queremos”	266
---	-----

3.4. O Direito à Água nos Ordenamentos e Jurisdições Nacionais.....	267
---	-----

3.4.1. A previsão constitucional do direito de acesso à água potável.....	268
---	-----

3.4.1.1. O direito à água na Alemanha.....	275
--	-----

3.4.1.2. O direito à água na África do Sul	282
--	-----

3.5. Síntese do Capítulo.....	289
-------------------------------	-----

CAPÍTULO IV

O DIREITO DE ACESSO À ÁGUA POTÁVEL NAS NORMAS E MECANISMOS DE TUTELA DOS SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS	291
4.1. Marcos do Conselho da Europa.....	292
4.1.1. Convenção Europeia dos Direitos Humanos — CEDH.....	295
4.1.1.1. Direito à água e a proibição da tortura e do tratamento desumano (artigo 3.º da CEDH)	296
4.1.1.2. Direito à água e o direito a um julgamento justo e a um processo equitativo (artigo 6.º, n.º 1 da CEDH)	297
4.1.1.3. Direito à água e o respeito pela vida privada e familiar (artigo 8.º da CEDH).....	301
4.1.2. A Carta Social Europeia e o direito à água.....	303
4.1.2.1. Direito à água e o direito à saúde (artigo 11.º da CSE).....	305
4.1.2.2. Direito à água e o direito à proteção social, jurídica e econômica da família (artigo 16.º da CSE)	307
4.1.2.3. Direito à água e o direito à habitação (artigo 31.º da CSE).....	312
4.1.2.4. Direito à água e o direito à não discriminação (artigo E, parte V da CSE).....	315
4.1.3. A Carta Europeia dos Recursos Hídricos.....	316
4.1.4. O direito à água nas Resoluções e Recomendações da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa	317
4.1.4.1. “A década de abastecimento de água”: a Resolução n.º 747, de 12 de maio de 1981	318
4.1.4.2. Reafirmação dos ODM: a Resolução n.º 1449, de 20 de junho de 2005	318
4.1.4.3. Questões migratórias: a Resolução n.º 1637, de 28 de novembro de 2008.....	319
4.1.4.4. A bacia do Mediterrâneo: a Resolução n.º 1693, de 2 de outubro de 2009.....	319
4.1.4.5. Água como fonte de conflito: a Resolução n.º 1089, de 15 de abril de 2011	320
4.1.4.6. Alimentação e acesso à água: a Resolução n.º 1957, de 3 de outubro de 2013.....	320
4.1.4.7. Recursos hídricos e geopolítica: a Resolução n.º 2085, de 26 de janeiro de 2016	321
4.1.4.8. Restrições de acesso à água na Turquia: a Resolução n.º 2121, de 22 de junho de 2016.....	322

4.1.4.9. A Guerra na Síria e direito à água: a Resolução n.º 2138, de 25 de novembro de 2016	322
4.1.4.10. Impactos da exploração de hidrocarbonetos no abastecimento de água: a Resolução n.º 2140, de 25 de novembro de 2016.....	323
4.1.4.11. Crise humanitária em Gaza: a Resolução n.º 2142, de 24 de janeiro de 2017.....	323
4.1.4.12. Gestão da água doce na Europa: a Recomendação n.º 1224, de 1.º de outubro de 1993.....	324
4.1.4.13. Gestão Integrada das águas: a Recomendação n.º 1668, de 25 de junho de 2004.....	325
4.1.4.14. Convocatória para o reconhecimento do direito humano à água: a Recomendação n.º 1731, de 24 de janeiro de 2006	325
4.1.5. O direito à água e a atuação do Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa	326
4.2. Marcos da União Europeia	327
4.2.1. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	328
4.2.2. Diretiva da Água Potável: Diretiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de novembro de 1998	329
4.2.3. Diretiva-Quadro da Água (Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000)	336
4.2.4. Programa de ação da União em matéria de ambiente.....	348
4.2.5. Pilar Europeu dos Direitos Sociais	349
4.2.6. A atuação do Provedor de Justiça Europeu.....	349
4.3. Marcos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	351
4.3.1. Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)	352
4.3.1.1. Direito à água e o direito à vida (artigo 4.º da CADH)	353
4.3.1.2. Direito à água e a proibição da tortura e do tratamento desumano (artigo 5.º, n.º 2 da CADH).....	361
4.3.1.3. Direito à água e a proteção da honra e da dignidade (artigo 11.º, n.º 1 da CADH).....	362
4.3.2. Protocolo adicional à Convenção Americana em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais (Protocolo de San Salvador)	366
4.3.3. Convenção Interamericana sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.....	368
4.3.4. Convenção Interamericana contra o racismo, a discriminação racial e formas conexas de intolerância.....	369
4.3.5. Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos	369

4.3.6. Direito à água nos trabalhos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos — CIDH.....	370
4.3.6.1. Direito à água e os relatórios da CIDH sobre a implementação dos direitos humanos nos Estados.....	371
4.3.6.2. Direito à água e o relatório sobre Pobreza e Direitos Humanos nas Américas.....	375
4.3.6.3. Princípios e Boas Práticas para a Proteção das Pessoas Privadas de Liberdade nas Américas.....	376
4.3.7. O Direito à água nas Resoluções da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos — OEA.....	377
4.4. Marcos do Sistema Africano de Proteção dos Direitos Humanos	381
4.4.1. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	381
4.4.1.1. Direito à água e o direito à vida (artigo 4.º da Carta Africana) .	384
4.4.1.2. Direito à água e a proibição de tratamentos desumanos e de prisões arbitrárias (artigos 5.º e 6.º da Carta Africana)	384
4.4.1.3. Direito à água e o direito à saúde (artigo 16.º da Carta Africana).	385
4.4.1.4. Direito à água e o direito ao desenvolvimento (artigo 22.º da Carta Africana).....	387
4.4.1.5. Direito à água e o direito ao ambiente (artigo 24.º da Carta Africana)	391
4.4.1.6. Direito à água e as Diretrizes e Princípios sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	392
4.4.2. O direito à água nas Resoluções, documentos e mecanismos da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	395
4.4.2.1. Diretrizes sobre o Direito à Água na África.....	396
4.4.3. Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança	401
4.4.4. Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África	402
4.4.5. Convenção da União Africana para a Proteção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente na África.....	403
4.5. Normas e Mecanismos de Proteção dos Direitos Humanos no Oriente Médio e no Norte da África.....	405
4.5.1. A Liga dos Estados Árabes	405
4.5.1.1. O direito à água e o Conselho Econômico e Social Árabe.....	407
4.5.1.2. Conselho Ministerial Árabe da Água	408

4.5.1.3. Comitê Permanente Árabe de Direitos Humanos.....	409
4.5.2. Carta Árabe dos Direitos Humanos.....	410
4.5.3. O direito à água e o Comitê Árabe de Direitos Humanos.....	412
4.6. Normas e Mecanismos de Proteção dos Direitos Humanos na região da Ásia e do Pacífico.....	415
4.6.1. Direito à água e a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional — SAARC	417
4.6.2. Direito à água na Ásia Central.....	420
4.6.3. Direito à água e o Fórum das Ilhas do Pacífico — PIF.....	424
4.6.4. Direito à água e a Associação de Nações do Sudeste Asiático — ASEAN	426
4.7. Síntese do Capítulo	435
CAPÍTULO V	
SEDE DE JUSTIÇA: ALGUNS DESAFIOS PARA UMA GOVERNANÇA HÍDRICA GLOBAL.....	449
5.1. Primeiro Desafio: a tetradimensionalidade da água.....	451
5.1.1. A água como “bem comum” ou “patrimônio comum” da Humanidade	456
5.1.2. A Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.....	463
5.1.3. O Direito à água face ao valor econômico da água: uma questão inconciliável?.....	465
5.1.3.1. A Privatização dos Serviços Hídricos.....	467
5.1.3.2. Gratuidade no acesso à água como requisito obrigatório para a efetivação do direito?.....	473
5.1.3.3. Condicionamentos à interrupção dos serviços de abastecimento em razão do reconhecimento do direito de acesso à água potável.....	479
5.2. Segundo Desafio: a reconfiguração do Princípio da Soberania Permanente sobre os Recursos Naturais	483
5.3. Terceiro Desafio: as obrigações extraterritoriais derivadas do direito humano à água.....	503
5.3.1. Obrigações extraterritoriais de respeitar o direito humano à água	505
5.3.2. Obrigações extraterritoriais de proteger o direito humano à água	508
5.3.3. Obrigações extraterritoriais de cumprir o direito humano à água	509
5.3.3.1. O dever de fornecer assistência hídrica internacional: implicações legais	510
5.3.3.1.1. Necessidade do consentimento do Estado beneficiado pela assistência?.....	512

5.3.3.1.2. É possível a imposição de condicionantes para a prestação da assistência hídrica internacional?	514
5.3.3.1.3. Condições de suspensão e término da assistência internacional...	515
5.4. Síntese do Capítulo.....	517
CONSIDERAÇÕES FINAIS	519
Referências bibliográficas	529
Índice.....	559



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt